



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
SECRETARIA JUDICIÁRIA

PAUTA DA 48ª SESSÃO ORDINÁRIA JURISDICCIONAL PRESENCIAL

Por determinação do Exmo. Sr. Des. **PAULO SÉRGIO VELTEN PEREIRA**, Presidente deste Tribunal, será(ão) julgado(s) na **Sessão Ordinária Jurisdiccional Presencial de 10 de dezembro de 2025, às 15h**, o(s) processo(s) abaixo relacionado(s). Poderá(ão) ser julgado(s) também processo(s) adiado(s), com pedido de vista ou que independam de pauta, na forma regimental.

A sessão será realizada com a participação de **forma presencial e/ou remota** dos membros, advogados(as) e Procuradoria Regional Eleitoral, por meio de **videoconferência no segundo caso**, através do aplicativo “Zoom Cloud Meetings”, nos termos da Resolução TRE-MA nº 9.696/2020.

Em observância à Resolução TRE-MA nº 10.142/2023, os pedidos de **sustentação oral remota** deverão ser cadastrados exclusivamente no *site* do TRE-MA, por meio de ferramenta própria disponível em <https://www.tre-ma.jus.br/servicos-judiciais/sesoes-de-julgamento/sustentacao-oral>, **até 1h** antes do início da sessão para a qual fora solicitada.

Após o cadastro das informações, o advogado ou advogada receberá o *link* de acesso virtual à sessão de julgamento, devendo acessá-lo no início da sessão e permanecer na sala de espera até a sua admissão no plenário online.

Caberá à advogada ou ao advogado inscrito providenciar a infraestrutura necessária para a realização de sua sustentação oral por meio de videoconferência, devendo seu equipamento dispor de microfone e câmera, bem como possuir instalada a ferramenta **Zoom Meetings**, utilizada nas sessões de julgamento por videoconferência.

No caso das **sustentações orais presenciais**, estas também poderão ser cadastradas por meio da mesma ferramenta no *site* do TRE-MA, **até 1h** antes do início da sessão, ou ainda perante a Corte do TRE-MA, **até o início da sessão**.

A população em geral pode acompanhar as sessões plenárias pelo “**Youtube**”, no Canal do TRE-MA.

Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas através de contato com a Secretaria Judiciária através do e-mail gabsjd@tre-ma.jus.br.

Presidência do Desembargador PAULO SÉRGIO VELTEN PEREIRA
Procurador Eleitoral : DR. TIAGO DE SOUSA CARNEIRO
Secretário: KLAYTON NOBORU PASSOS NISHIWAKI

Aprovada a Ata da Sessão anterior.

J U L G A M E N T O EXTRAPAUTA

HABEAS CORPUS

LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA	

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	

01. RECURSO CRIMINAL ELEITORAL– RecCrimEleit Nº 0600087-50.2024.6.10.0042

PROCEDÊNCIA: CHAPADINHA – 42ª ZONA ELEITORAL

ASSUNTO: RECURSO CRIMINAL EM AÇÃO PENAL ELEITORAL PELA SUPOSTA PRÁTICA DO CRIME DO ART. 289 DO CÓDIGO ELEITORAL - ELEIÇÕES 2024

RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

RECORRIDO: WARA SANTOS SILVA

ADVOGADO: FERNANDO CARLOS SILVA – OAB/MA 27.672

RELATORA: JUÍZA MARIA FRANCISCA GUALBERTO DE GALIZA

REVISOR: JUIZ MARCELO ELIAS MATOS E OKA

Parecer do Ministério Público Eleitoral, emitido pelo Procurador Marcílio Nunes Medeiros: pelo provimento do recurso eleitoral, para cassar a sentença absolutória, determinar o recebimento da denúncia e o prosseguimento do feito na primeira instância, com a realização da audiência de instrução e julgamento.

A decisão de 1º Grau ABSOLVEU SUMARIAMENTE a recorrida Wara Santos Silva, com fulcro no artigo 397, inciso III, do Código de Processo Penal.

CÔMPUTO DOS VOTOS		
MEMBROS	PROVIMENTO	DESPROVIMENTO
Desa. Vice-Presidente e Corregedora – Juíza Maria Francisca Gualberto de Galiza		
Juiz Federal – Juiz José Valterson de Lima		
Juiz de Direito – Juiz Ferdinando Serejo		
Juiz de Direito – Juiz Marcelo Oka		
Jurista – Juiz Tarcísio Almeida Araújo		
Jurista – Juiz Rodrigo Maia Rocha		
Des. Presidente – Juiz Paulo Sérgio Velten Pereira		

02. RECURSO ELEITORAL – REL Nº 0600499-65.2024.6.10.0111

PROCEDÊNCIA: BEQUIMÃO – 111ª ZONA ELEITORAL

ASSUNTO: RECURSO ELEITORAL EM AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (AIJE) POR SUPOSTA FRAUDE À COTA DE GÊNERO – ELEIÇÕES 2024

RECORRENTE: RAIMUNDO NONATO BARBOSA VIEGAS

ADVOGADO: THIAGO DE SOUSA CASTRO – OAB/MA 11.657

1º RECORRIDOS: PEDRO ALEXANDRE COSTA, ROSILDA DE JESUS BRITO TORRES, TONILSON FERREIRA PEREIRA

ADVOGADO: JOSÉ ANDRÉ NUNES NETO – OAB/MA 17.989

ADVOGADO: ABDON CLEMENTINO DE MARINHO – OAB/MA 4.980

ADVOGADO: WELGER FREIRE DOS SANTOS – OAB/MA 4.534

ADVOGADO: RAIMUNDO NONATO RIBEIRO NETO – OAB/MA 4.921

2º RECORRIDOS: FEDERAÇÃO PSDB/CIDADANIA, ROSA CRISTINA DA LUZ PORTUGAL, VALMIR BATISTA COSTA, EDSON FERREIRA CUNHA, SILDINELMA MARIA RODRIGUES, JOSELY PEREIRA, CLADEMIR REIS PEREIRA, MARIA DO SOCORRO MENDONCA OLIVEIRA, PEDRO FRANCISCO VELOSO, ANTONIO JOSÉ PEREIRA COSTA, JOSÉ ROGÉRIO PAIXÃO LOPES

INTERESSADOS: DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA – PSDB, DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PARTIDO CIDADANIA

RELATOR: JUIZ FERDINANDO MARCO GOMES SEREJO SOUSA

Parecer do Ministério Público Eleitoral, emitido pelo Procurador Tiago de Sousa Carneiro: pelo conhecimento e provimento do recurso, anulando-se a sentença, com o retorno dos autos à origem para a realização da audiência e a oitiva das testemunhas arroladas pelo investigante. Caso rejeitada a alegação de nulidade, opina pelo desprovimento do recurso.

A decisão de 1º Grau julgou improcedentes os pedidos formulados na AIJE.

CÔMPUTO DOS VOTOS		
MEMBROS	PROVIMENTO	DESPROVIMENTO
Desa. Vice-Presidente e Corregedora – Juíza Maria Francisca Gualberto de Galiza		
Juiz Federal – Juiz José Valterson de Lima		
Juiz de Direito – Juiz Ferdinando Serejo		
Juiz de Direito – Juiz Marcelo Oka		
Jurista – Juiz Tarcísio Almeida Araújo		
Jurista – Juiz Rodrigo Maia Rocha		
Des. Presidente – Juiz Paulo Sérgio Velten Pereira		

03. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – PC-PP Nº 0600345-89.2024.6.10.0000

PROCEDÊNCIA: SÃO LUÍS

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE PARTIDO POLÍTICO, REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023

REQUERENTE: DIRETÓRIO ESTADUAL DO PARTIDO NOVO

ADVOGADO: LUCAS BESSONI COUTINHO DE MAGALHÃES – OAB/MG 139.537

ADVOGADO: PAULO AUGUSTO FERNANDES FORTES – OAB/MG 131.667

INTERESSADOS: ANA TERESA MOREIRA TROVÃO, LEONARDO ARRUDA SOUZA

ADVOGADO: LUCAS BESSONI COUTINHO DE MAGALHÃES - OAB/MG 139.537

ADVOGADO: PAULO AUGUSTO FERNANDES FORTES - OAB MG131667

RELATOR: JUIZ MARCELO ELIAS MATOS E OKA

Parecer do Ministério Público Eleitoral, emitido pelo Procurador Thiago Ferreira de Oliveira: pela desaprovação das contas do Partido Novo (NOVO), exercício 2023, nos termos do art. 45, III, da Resolução TSE nº 23.604/2019, requerendo ainda que a agremiação: 1. Recolha ao Tesouro Nacional a quantia de R\$ 3.801,00 (três mil, oitocentos e um reais), referente a despesas com recursos do Fundo Partidário não comprovadas; e 2. Transfira para a conta bancária específica de "Promoção da Participação Política das Mulheres" o montante de R\$ 5.271,80 (cinco mil, duzentos e setenta e um reais e oitenta centavos), a ser aplicado no exercício subsequente ao trânsito em julgado.

CÔMPUTO DOS VOTOS				
MEMBROS	Aprovação	Aprovação com ressalvas	Desaprovação	Contas não prestadas
Desa. Vice-Presidente e Corregedora – Juíza Maria Francisca Gualberto de Galiza				
Juiz Federal – Juiz José Valterson de Lima				
Juiz de Direito – Juiz Ferdinando Serejo				
Juiz de Direito – Juiz Marcelo Oka				
Jurista – Juiz Tarcísio Almeida Araújo				
Jurista – Juiz Rodrigo Maia Rocha				
Des. Presidente – Juiz Paulo Sérgio Velten Pereira				

04. RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA – RCED Nº 0600032-26.2025.6.10.0055

PROCEDÊNCIA: CARUTAPERA – 55ª ZONA ELEITORAL

ASSUNTO: RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA EM FACE DE CANDIDATO AO CARGO DE VEREADOR POR AUSÊNCIA DE CONDIÇÃO DE ELEGIBILIDADE - ELEIÇÕES 2024

RECORRENTE: VALQUIRES FONSECA GUIMARÃES

ADVOGADA: LETÍCIA RAPOSO BARROS – OAB/MA 29.443

RECORRIDO: LUIS ANTÔNIO PANTOJA ALVES

ADVOGADO: PEDRO LEANDRO LIMA MARINHO – OAB/MA 8.265

ADVOGADO: MARCO AURÉLIO SILVA COSTA JÚNIOR – OAB/MA 8.107

ADVOGADA: KATIANA DOS SANTOS ALVES – OAB/MA 15.859

RELATOR: JUIZ TARCÍSIO ALMEIDA ARAÚJO

REVISOR: JUIZ RODRIGO MAIA ROCHA

Parecer do Ministério Público Eleitoral, emitido pelo Procurador Tiago de Sousa Carneiro: pelo conhecimento do Recurso Contra a Expedição de Diploma, afastando a preliminar de intempestividade, mas opina pela negativa de seu provimento, por manifesta improcedência, devendo ser mantido o diploma de Luís Antônio Pantoja Alves.

CÔMPUTO DOS VOTOS		
MEMBROS	PROVIMENTO	DESPROVIMENTO

Desa. Vice-Presidente e Corregedora – Juíza Maria Francisca Gualberto de Galiza		
Juiz Federal – Juiz José Valterson de Lima		
Juiz de Direito – Juiz Ferdinando Serejo		
Juiz de Direito – Juiz Marcelo Oka		
Jurista – Juiz Tarcísio Almeida Araújo		
Jurista – Juiz Rodrigo Maia Rocha		
Des. Presidente – Juiz Paulo Sérgio Velten Pereira		

05. RECURSO ELEITORAL – REL Nº 0601067-69.2024.6.10.0018

PROCEDÊNCIA: SANTA RITA – 18ª ZONA ELEITORAL DE ROSÁRIO

ASSUNTO: RECURSO ELEITORAL EM AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (AIJE) POR SUPOSTA FRAUDE À COTA DE GÊNERO – ELEIÇÕES 2024

RECORRENTE: MAURO ROBERTO DE CARVALHO MUNIZ

ADVOGADO: SÉRGIO MURILO DE PAULA BARROS MUNIZ – OAB/MA 4.313

ADVOGADO: FÁBIO LOBATO GARCIA – OAB/AP 1.406

RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

RELATOR: JUIZ TARCÍSIO ALMEIDA ARAUJO

Parecer do Ministério Público Eleitoral, emitido pelo Procurador Tiago de Sousa Carneiro: pelo conhecimento e desprovimento do recurso eleitoral, mantendo-se integralmente a sentença.

A decisão de 1º Grau julgou parcialmente procedente o pedido formulado na AIJE para:

I. Declarar a nulidade dos votos recebidos pela Federação Brasil da Esperança - FÉ BRASIL nas eleições proporcionais de 2024 para o cargo de Vereador no Município de Santa Rita/MA;

II. Desconstituir o respectivo DRAP e, por consequência, os diplomas dos candidatos a eles vinculados para o referido cargo;

III. Declarar a inelegibilidade de Rosenildes Carvalho Lopes Ferreira, Carlos Paixão Figueredo Ferreira e Tereza Cristina Ribeiro Gonçalves para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos subsequentes à eleição de 2024.

IV. Determinar a recontagem do cálculo dos votos dos quocientes eleitoral e partidário, nos termos do art. 222 do Código Eleitoral;

V. Julgar extinto o processo, sem resolução do mérito, quanto a Federação Brasil da Esperança, por ilegitimidade passiva, na forma do art. 485, VI do CPC.

CÔMPUTO DOS VOTOS		
MEMBROS	PROVIMENTO	DESPROVIMENTO
Desa. Vice-Presidente e Corregedora – Juíza Maria Francisca Gualberto de Galiza		
Juiz Federal – Juiz José Valterson de Lima		
Juiz de Direito – Juiz Ferdinando Serejo		
Juiz de Direito – Juiz Marcelo Oka		

Jurista – Juiz Tarcísio Almeida Araújo		
Jurista – Juiz Rodrigo Maia Rocha		
Des. Presidente – Juiz Paulo Sérgio Velten Pereira		

KLAYTON NOBORU PASSOS NISHIWAKI
Diretor-Geral